

## Sentido da vida enquanto determinação política

### Sense of life as political determination

FELIPE LUIZ<sup>1</sup>

Qualquer reflexão que envolva o sentido da vida implica, primeiramente, a definição dos termos "sentido" e "vida", bem como de sua junção. Primeiro faz-se a armação para em seguida construir-se o prédio; do mesmo modo, definições provisórias nos servirão para reflexões provisórias, mas que indiquem um caminho posterior. Sentido há de ser "significado", logo, mais vernaculamente, "orientação", neste caso, sobre como *pensaragir*; tomaremos "vida" em um sentido mais restrito, circunscrevendo-a à vida humana, portanto, adotando como dado a existência de uma condição e experiência humana comum, ao menos no atual contexto sócio-político-cultural-econômico. A definição de sentido implica, pois, uma metáfora espacial, logo geográfica, portanto, mais exatamente, apropriação espacial; a definição de vida, por seu turno, implica uma análise histórica. Concluiríamos, deste modo, que sentido da vida teria de ver com as distintas formas pelas quais historicamente a espécie humana apropriou-se do espaço no qual vive em significando-o. Somos conduzidos, pois, às sendas da política, posto que uma dada forma de apropriação implica lutas para determinar o que será apropriado e por quem, a própria criação do "apropriado" e do "quem" se apropria. Isto quer dizer: um algo "vida", conjunto de experiências situadas, é apropriado por um algo "sentido", uma orientação no *pensaragir*, dentro de dada correlação de forças, certo jogo de interesses. Reversamente, isto quer dizer que distintas forças hão de buscar determinar o que é "sentido da vida", a fim de, primeiramente, dar substância a este questionamento, tanto como respostas a ele. Ora, tomamos o certo de saída, ao que somente parece; primeiro, há de se questionar a própria dúvida acerca do sentido da vida, posto que esta dúvida não é fundamento de si; segundo, porque certamente pode-se determinar sua origem situada; terceiro, porque qualquer resposta a esta pergunta certamente constitui grande trunfo político: determinar o sentido da vida implica determinar formas imanentes do *pensaragir*; implica, pois, a constituição de relações de condução de condutas, portanto, formas de governo. Assim, se a própria dúvida não for, antes, duvidada, abrem-se riscos políticos, que, por vezes, passariam despercebidos, sendo o intento de nosso artigo refletir acerca destes.

Nossas definições e indicações provisórias colocam, pois, o questionamento sobre o próprio questionado. Interrogar o sentido da vida significa supor que há um

---

<sup>1</sup> Bacharel em Filosofia na FFC-UNESP/Marília e mestrando no PPGFIL na mesma instituição. Foi bolsista PIBIC-CNPQ atuando no tema Filosofia Francesa Contemporânea (Michel Foucault) e epistemologia política da psiquiatria. Posteriormente, dedicou-se a estudar as relações entre o pensamento de Foucault e o anarquismo. Atualmente, estuda as vicissitudes da noção de "filosofia da guerra", com ênfase em Filosofia Antiga. E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br.

“sentido” e uma “vida”, objetos desde sempre dados, que somente demandariam um esforço reflexivo para encontrar-lhes as respostas e as acepções ocultas. Dizendo de outro modo, como se houvesse uma forma “sentido da vida” a qual faltasse somente um conteúdo adequado a ser preenchido.

Nos precavemos. Certamente, malgrado possa pensar qualquer coisa em especial da vida, há um mundo-aí, com certas imposições independentes da minha vontade. Posso considerar o homem que cobra meu aluguel de distintas formas: um explorador capitalista, ou um pobre velhinho que só tem esta fonte de renda, ou um senhor no pleno exercício de seus direitos de propriedades garantida sob a forma da lei, em um estado democrático de direito, cuja Constituição foi elaborada, sob a bênção de deus, pelos representantes do povo, etc; de todo modo, ele cobrará meu aluguel, e tenho de pagá-lo sob pena de dormir ao relento. Assim, pareceria haver um objeto “vida” ao qual, independentemente do sentido que lhe dou em particular ou coletivamente, impõe determinados *ritmos* biológico-sociais que devo cumprir, e esta *ritmalidade* esboçaria o sentido da vida: saciar o ritmo.

Da mesma maneira quanto ao sentido. Não há, sob o véu de tantos sentidos distintos, um só, verdadeiro, que corresponda a este objeto correlato “vida”; porque, se sob qualquer justificativa ou reflexão em particular, há uma só vida, com um só ritmo, disto conclui-se que deve haver um só sentido. Aqui a questão é toda “como descobrir qual o sentido”, e a resposta é toda “descubra-se o que é a vida, que o sentido emergirá”.

A problemática nos assoma toda outra, em muito distinta: 1. este posicionamento confunde nome, coisa e significado; 2. parece-nos um *coisismo* posto que reduz nome e significado à coisa; 3. toma “sentido” em uma acepção certamente metafísica, seja por parecer supor uma concepção metahistórica ou transcendente, fatalmente abrindo espaço para posicionamentos teleológicos; 4. enfim, estas definições pecam por não situarem as coisas, ou, o que é o mesmo, não toma em conta as relações políticas que envolvem a questão.

Não há de existir uma oposição forma-conteúdo, como não há de existir oposição coisa-significado, como instâncias separadas, nem com a determinação de uma decorrendo da outra, nem o contrário. Uma forma é já um conteúdo, um significado é já uma coisa; um conteúdo determina as formas que lhe cabem e um significado as coisas que se lhe podem ser correlatas. Portanto, “sentido da vida” é uma coisa só, uma mesma unidade de sentido, uma problemática só. Aqui, já pouco importa o nome: em chinês ou em italiano, trata-se de uma problemática similar; se a língua, lugar do nome, der conta de transmitir este significativo “sentido da vida”, já há, aí, esta reflexão. Inclui-se desta forma, o que parecíamos esquecer: o “da” de “sentido da vida”, porque a oposição “sentido” e “vida” parece relegar ao “da” mero papel conectivo, algo que ignora tudo que acabamos de expor.

Disto decorre o problema do *coisismo*, que nada mais é senão uma *física do sentido da vida*. Não nos parece haver mais, no interior do discurso científico, a tentativa de provar a imortalidade da alma, preocupação outrora central. Este pequeno exemplo torna patente que os embates científicos e intelectuais trazem à tona os objetos. Tomar, pois, “vida” como objeto desde sempre existente, cujo deslindar dos mecanismos faria vir à tona seu “sentido”, pareceria supor isto: uma mesma vida, cujo sentido deve ser sempre o mesmo; isto implicaria muitas coisas: que quem descobrir o sentido da vida por-se-ia em uma posição de verdade contra toda a falsa história pregressa, por exemplo; em ética – e esta é certamente uma questão do campo da ética – verdade e falsidade são termos pouco aplicáveis, e sua utilização nesta significação implica, certamente, em tribunais da verdade, cujo passado ainda recente e seu presente bem presente, trouxeram resultados muitas vezes catastróficos. Destarte, tomar esta preocupação como permanente implicaria, certamente, grande pesquisa histórico-filosófica para que se a prove como tal, pesquisa esta muito além de esforços possíveis. Esta pesquisa sofreria, façamos constar, do problema do cisne negro, de modo que seria, antes, preferível verificar nas pesquisas já feitas, se um único grupamento humano deixou de fazer esta indagação para explicitar seu caráter situado, e desqualificar a questão.

O contrário do *coisismo* também nos parece inválido e inapropriado. Um sentido que orienta o mundo sublunar, dando as coordenadas mestras; ou, senão, um sentido mesclado ao próprio devir, impondo o ritmo da caminhada e a própria rota a seguir. Isto é: um deus que criou o mundo e a vida, e traçou-lhe o plano geral, ou, mesmo, mais específico; ou senão o motor da história, que, sob a grossa capa do cotidiano, desenha o desenrolar dos fatos. Ambos implicam, necessariamente, uma teleologia, uma finalidade, o ponto final da caminhada. Esta *metafísica do sentido da vida* sofre, como há de sofrer qualquer metafísica, do problema da prova. Diante de qualquer afirmativa deste sentido, faremos nossas as posições de Tomé. Provem, pois, que existe um sentido oculto por trás de cada vida; este sentido ou bem orienta as partes, em decorrência o todo, ou orienta a este e, logo, deve orientar as partes. Cria-se, com isto, um problema infernal, com uma reticularidade tão grande de questões a resolver que desestimulariam, certamente, esta senda.

Contra a *física* e a *metafísica do sentido da vida* nos propomos uma *política do sentido da vida* como resolução ao problema, e afirmamos o império da política. Primeiramente, conforme vimos no princípio, analisemos as problemáticas envoltas em afirmar, física ou metafisicamente, que há um todo significativo chamado “sentido da vida”. Se há sentido da vida, há quem possa prová-lo; deste modo, a população planetária já não se dividiria, de saída, em dois grupos, os que possuem e os que não possuem o sentido da vida ou, o que é a mesma coisa, quem o sabe e quem não o sabe? As consequências políticas são, certamente, interessantes sob o ponto de vista de justificar formas de governo de si por outrem, e isto em graus

bastante adiantados; ora, se ele sabe o sentido da vida, como questioná-lo em suas injunções? Se sou sempre vivo, ele sabe sempre qual deve ser o sentido, orientação geográfica, logo histórica, de meu *pensaragir*. Se os objetivos forem o fascismo, não há opção mais bem acabada que esta.

Por certo que há uma saída contrária, relativista, que certamente afirmaria que cada um tem seu sentido da vida, e que estes sentidos da vida devem coexistir. As dificuldades apresentam-se quase instantaneamente: e se eu afirmar que meu sentido da vida é, por exemplo, matar jovens para manter relações sexuais com seus cadáveres e chupar-lhes o sangue? Ou lançar aviões contra edifícios de civilizações de infiéis? Ou levar democracia a povos ditos bárbaros? O relativismo ético impõe, sempre, a existência de regras as quais não se pode ultrapassar; como toda regra, impõe o regrador e o regrado; do mesmo modo, as brechas para controle de alguém sobre alguém, sem que o controlador esteja exposto, ele mesmo, ao controle. O relativismo ético é, pois, antissocial, além de repousar em uma concepção no mínimo metafísica de liberdade, posto que supõe um conjunto de *cogitos* coabitando o mesmo lugar. Embora isto, há claros objetivos políticos na defesa deste tipo de noção de sentido da vida: isola as individualidades em suas bolhas, e deixa aos criadores de regras a tarefa de plantar, colher e podar as flores a seu bel prazer.

Talvez o quinhão mais ingrato seja, no entanto, a questão da vida. O conceito de vida é deveras problemático, complicando-se ainda mais no caso da vida humana, e bastando um mero qualificativo para virar ao avesso todo o ponto: “vida boa”, “vida digna”, “vida aceitável”, etc, com seus respectivos antônimos, e as possibilidades de controle e abusos multiplicam-se. Tem sentido a vida de um cadeirante? E a vida de um doente em estado vegetativo? Pode-se chamar de vida?

Problematizemos a vida: acima dissemo-la como dado *ritmo* biológico-social, imanente, advindo do *mundo-aí*. O *ritmo*, isto é, processos que se repetem mais ou menos da mesma forma. Então, alimentar-se, defecar, transar, etc. Ora, dissemos, *ritmo* biológico-social, e nisto reside consequências importantes; vê-se que a mera *ritmalidade* biológica não daria conta da questão: comer como, o que, quando e com quem? Defecar na boca de boi, no rio ou no vaso sanitário? Etc.; ou seja, cairia-se na *física* do corpo, na redução ao corpo e isto tomando o corpo como mera *ritmalidade*, *res extensa* contra *res cogitans*, quando, precisamente, o corpo é razão que é corpo. Na *corporação*, talvez, encontre-se mais propriamente a resposta; como a *corporação* é sempre situada, foge-se, ao mesmo tempo, da metafísica da *ritmalidade*, para sua política, conforme raciocínio já exposto.

Determinar a existência de um “sentido da vida” é, assim, em um e em outro caso, sempre determinar quem governa e quem é governado, e é aqui que se resolve a questão. Ora, um sentido da vida comum parece implicar relações de governo de tipo fascistóide, e um sentido da vida relativista redundante, ao que tudo indica, em relações de governo por controle, ou, em relações de governo por desgoverno, por

assim dizer. Não será, então, pelo fato de vivermos em sociedades governadas que a questão do sentido da vida mantém-se atual ou, ao menos, atualizada? Ela impõe-se, com todo o pesado aparato conceitual tipicamente platônico, precisamente pelo fato de ela ser necessária a toda uma série de controles presentes, posto que implica, conforme dito, em quem regre ou controle os distintos sentidos, o que vem a ser a vida e, por que não, as sanções contra todos os fora-de-sentido e não sentidos.

No interior desta reflexão, pois, o sentido da vida é encaixado em uma grade analítica que a considera desde um ponto de vista das lutas políticas, portanto, de forças que se chocam, se aliam ou se ignoram, logo, de interesses que sustentam estas forças. Vê-se, assim, que nossa própria reflexão deve ser pensada dentro desta mesma grade. Afinal, qual o interesse em mostrar que as indagações em torno do sentido da vida são políticas, física ou metafisicamente? Portanto, somente no interior de uma estratégia de *dessentização* da vida é que nossa caminhada filosófica toma seu vulto, já que a filosofia, ela mesma, não fez parte de certa estratégia, com todas suas implicações?

*Dessentizar* a vida: problematizar os sentidos da vida, perguntando o sentido do sentido, e se deve haver sentido, e, não menos importante, que raios afinal é a vida. O primeiro passo foi dado, sem dúvida. Pode-se mostrar o quão histórico foram os sentidos da vida até os dias de hoje, pacientemente fazendo ver o papel, os papéis destes em suas situações específicas. Mera coleção de sentidos não nos dará, por soma, multiplicação subtração ou divisão, nem a *física* nem a *metafísica* destes; mas permitirão uma compreensão maior do que foram estes, a que serviram e a que podem servir.

Somente com tal antepasto teremos todas as condições de indagar até as últimas consequências o sentido da vida, sua falta, sua sobra, sua ausência ou, meramente, nossa ignorância. Talvez, pode ser, somente reafirmaremos que o sentido da vida, com as distintas respostas que a pergunta pode ter, somente pode existir em uma situação politicamente dada, onde dar o sentido hoje é pensar em uma estratégia para o amanhã.

É, pois, enquanto estratégia que se deve pensar o sentido da vida. Toda epistemologia é uma ética, assim como toda lógica, toda ontologia, toda estética; sendo éticas, são políticas, porque hão de indicar o *pensaragir* da *corporação*. De modo que, se a questão do sentido da vida é uma questão de filosofia, não pode ser outra senão uma *filosofia da guerra*, que desenvolva o tema com bases a como deve devir a *corporação*, como deve ser seu *pensaragir*. A estratégia, nestes termos, torna-se conceito filosófico de primeira grandeza, abandonando as pranchetas dos generais para tornar-se o que mais deve ser pensado não somente do ponto de vista da dignidade que põe em cena, como, também, por tocar a todos e a tudo.

Então, primeiro, o mundo todo como *campo de batalha*, ou, antes, como campos de batalhas em suas intersecções; não são fixos, nem metafóricos: são precisamente campos onde duelam as forças. O traçado do campo tampouco é fixo, mas elaborado segundo a estratégia em jogo: é sócio físico, logo, político, portanto, situado, ou seja, também está em certa correlação de forças. Posicionam-se as tropas, flanqueiam-se, recuam, ou seja, adotam-se táticas segundo a estratégia, porque a tática é sempre a estratégia, traz nela suas consequências. O campo é, deste modo, todo *geohistórico*, todo circular e determinando seu traçado, e o que é dentro e o que é fora, estando o fora dentro e o dentro fora.

Queremos mostrar como a estratégia da física e da metafísica do sentido da vida é a prática do governo<sup>22</sup>. Não qualquer governo, não uma instituição: trata-se de algo mais forte que, na *apareência* diz o *pensaragir*, portanto, determina a *corporação* engendrando-a para o governo de certa *corporação* por outra *corporação*, segundo o *pensagir* desta. A estratégia que pontuamos é uma tal que ponha em cena a *dessentização* da vida ou, o que dá na mesma, sua situação cada vez maior, alargando, pois, os campos de batalha, e compreendendo todo *corporação* e todo *pensaragir* nesta grade analítica: pode-se chegar à paranóia ou à politização plena, quer dizer, à declaração de guerra contra todo governo, e contra, pois, toda *metafísica* e *física* da vida que querem sempre mais governo.

Estamos, pois, nas sendas de um anarquismo filosófico e de um programa de pesquisa. Não qualquer anarquismo: não é uma *corporação* com seu *pensaragir cogitans*; em tratando-se de *guerra*, fala-se de tropas, portanto, trata-se de uma guerra social, com seus múltiplos campos de batalha; trata-se, pois, de um anarquismo social filosofante, com consequências estratégicas. De suas reflexões cumpre decorrer, primeiramente, uma ética (ou o *nomos* de um *ethos*), da qual há de vir uma epistemologia, assim como uma lógica, uma ontologia e uma estética. Com isto, declara-se a guerra aos governos, e busca-se a vida *dessentizada*, autônoma, que supere as reflexões e pressões de controle de *corporações* e de *pensaragires*, e, buscando na estratégia, que submeta mesmo o devir, uma *corporação* anárquica e livre em seu *pensaragir* marcando, pois, a *gehistória*.

Parece, entretanto, que caímos em uma armadilha. Se estamos buscando determinar, também, o *pensaragir* da *corporação* no interior de uma estratégia delimitada pelos campos, não estamos, da mesma forma, elaborando um programa de governo? Um governo anárquico, sim, mas ainda governo, tão condutor tanto e que, em suas belas pretensões, implique também mais controle e mais governo.

Ora, parece, pois, que se está na grade analítica forma e conteúdo: muda o conteúdo, mas fica forma. Velho erro, a forma é conteúdo que é forma que é conteúdo: *formaconteúdo*, uma dizima filosófica. Aqui, já não é mais governo; vida

<sup>22</sup> Conforme discutido nos parágrafos primeiro, sétimo, oitavo e nono.

*dessentizada*, onde o *pensaragir* da *corporação* é todo outro, todo *dessentizado*, onde já não reina o controle. Então, não existe governo da liberdade, porque a liberdade não é altergoverno, mas não-governo, ou, antes, governo de si por si, ou, melhor, *autogoverno*, sempre social, pautado nos princípios do anarquismo, como solidariedade e autogestão. Novamente, não se trata de um cogito que a si governa, porque é situado, quer dizer, é na relação entre os *corporações* que emerge *pensagires* distintos, *formaconteudados* na liberdade e pela liberdade. Neste entremeio é que colocamos nossa estratégia; e é precisamente aqui que se abre a sua possibilidade.

### **Referências**

DELEUZE, G; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MALATESTA, E.; RICHARDS, V. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionários*, Buenos Aires: Tupac, 2007.

Submissão: 15. 01. 2019 / Aceite: 24. 06. 2019.